

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

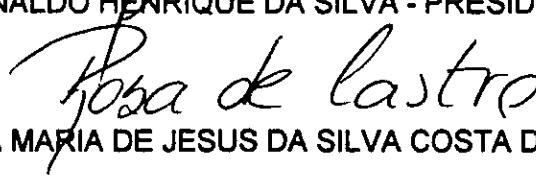
Processo nº : 13823.000027/95-03  
Recurso nº : 15.477  
Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – EX.: 1994  
Recorrente : TREVICAR VEÍCULOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO/SP  
Sessão de : 15 DE SETEMBRO DE 1999  
Acórdão nº : 105-12.932

**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO (CSSL) - Comprovado, por diligência, o recolhimento da exação objeto do presente litígio é de se cancelar o crédito correspondente.  
Recurso não conhecido por falta de objeto.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TREVICAR VEÍCULOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA - PRESIDENTE

  
ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO - RELATORA

FORMALIZADO EM: 17 NOV 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NILTON PESS, JOSÉ CARLOS PASSUELLO, LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, ÁLVARO BARROS BARBOSA LIMA e IVO DE LIMA BARBOZA. Ausente o Conselheiro AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N°. : 13823.000027/95-03  
ACÓRDÃO N°. : 105-12.932

RECURSO N°. : 15.477  
RECORRENTE : REVICAR VEÍCULOS LTDA.

R E L A T Ó R I O

O presente processo trata de recurso voluntário que busca o cancelamento de parcela mantida em decisão de primeira instância.

A contribuinte argumenta que teria quitado o valor da exação, por inteiro, nos autos do processo nº 10.820.202.013/96-18 e traz aos autos cópia de DARF de recolhimento, sem autenticação. A empresa sustenta se tratar de cobrança do mesmo débito.

A autoridade preparada não juntou qualquer informação a respeito da manifestação da contribuinte.

Este processo já foi alvo de deliberação por esta Colenda Câmara, em 15 de outubro de 1998, a qual resultou na Resolução nº 105-1.027 (conversão do julgamento em diligência), para que, nos termos do então Relator Dr. Victor Wolszczak, fosse juntada de cópia dos autos do processo acima referido no intuito de aferir a veracidade das informações quanto à correspondência dos débitos exigidos e para que fosse conferido o recolhimento do valor constante do DARF de fls. 35 pela autoridade preparadora.

Em obediência a Resolução supra, os presentes autos foram encaminhados para origem onde foram anexados: a) cópia do processo nº 10.820/202.013/96-18 (fls. 50/55), e b) cópia do Extrato de Devedor do C/Corrente PJ (fls. 56). Da mesma forma, foi confirmado o pagamento da importância de R\$ 1.207,94 através do Sistema SINAL.

Em informações de fls. 59, o Delgado da Receita Federal em Pereira Barreto – SP, se manifesta nos seguintes termos:

*"Analizando os documentos inseridos às fls. 35, 36 e 49 a 56, conclui que o processo nº 10.820/202.013/96-18 trata-se da*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. : 13823.000027/95-03  
ACÓRDÃO N°. : 105-12.932

*mesma cobrança do Tributo (Contribuição Social) do presente processo.*

*A importância recolhida R\$ 1.207 (fls. 35) corresponde a 1.365,36 UFIR (1.207,84: 0,8847 (Valor da UFIR em 04/12/96), com este valor ficou quitado totalmente o crédito devido, (...)."*

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N°. : 13823.000027/95-03  
ACÓRDÃO N°. : 105-12.932

V O T O

Conselheira ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO, Relatora

Conforme explicitado no relatório supra, e tendo em vista a diligência requerida pelo i. Relator Victor Wolszczak, ficou comprovado que se trata da cobrança da mesma exigência já quitada por meio de pagamento constante do processo n° 10.820/202.013/96-18.

Em vista dos documentos acostados (fls. 50/56) e das informações prestadas pela autoridade monocrática (fls. 58/59), voto no sentido de não conhecer do recurso por falta de objeto, uma vez que a matéria questionada foi objeto de pagamento pelo contribuinte em outros autos.

Sala das Sessões - DF, em 15 de setembro de 1999.

  
ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

